**Análise dos pensamento neoclássico**

O mundo vivia tempos não muito promissores no final da década de 70. O ritmo de crescimento dos países industrializados caiu em relação à década anterior, muito pelo aumento do custo da indústria. O preço do barril de petróleo, principal insumo energético, subiu por ação do cartel formado pelos países produtores. Nesse cenário, se fortaleceu a idéia de que se os agentes econômicos exercessem mais livremente as suas tarefas, sem grandes intromissões do Estado, os bons resultados poderiam retornar.

Essa economia mais livre, contrária do que defendiam os keynesianos, ganhou força na recém criada escola de pensamento Novo Clássica, que teve entre os seus principais representantes os americanos Robert Lucas, Thomas Sargent e Neil Wallace. A base dessa nova escola são os estudos de outro americano, Milton Friedman, que na década de 60 já tinha publicado artigos contra as políticas keynesianas.

Em basicamente só um ponto a turma de Lucas discordava dos escritos de Friedman, que era a forma com que os agentes econômicos formavam as suas expectativas. Friedman defendia que essas expectativas eram adaptativas. Em outras palavras, eram criadas a partir de uma análise indutiva das experiências passadas. Para Lucas e os novos clássicos, os agentes se utilizam de informações novas para decidir suas ações. Não formam expectativas olhando somente para trás, mas também tentando enxergar o futuro. Por essa razão, o movimento ficou conhecido como escola das expectativas racionais.

Um exemplo deste raciocínio novo clássico seria o anúncio de expansão monetária por parte de determinado Governo. A partir dessa informação nova, os agentes sabem que a expansão resultará em inflação, como prega a teoria monetarista. Então, eles se antecipam e elevam preços e salários. Portanto, seguindo o pensamento das expectativas racionais, não só essa expansão monetária, como qualquer política nesse sentido, será ineficaz. Mais do que isso. Acabaria atrapalhando o andamento da economia.

Os novos clássicos afirmam que as famílias e as empresas sempre estarão agindo de forma racional, buscando maximizar satisfação e lucro. Eles podem sozinhos chegar a um nível de entendimento. Qualquer ação do Estado ao ser anunciada, segundo a nova escola, não só pouco contribuirá para esse equilíbrio, como pode atrapalhar o andamento econômico. Como é o caso da inflação do exemplo.

Cada agente forma uma função probabilidade para o evento que precisa ser previsto. Tala função probabilidade subjetiva baseia-se em todas as informações que estão disponíveis. (...) Um agente racional não comete o mesmo erro sistematicamente. Isso implica que qualquer evento repetitivo permite ao agente ajustar a sua função probabilidade subjetiva à função probabilidade real. (CARVALHO, 2000, p.216)

Só há uma situação em que uma política estatal expansionista consegue atingir o seu propósito de crescimento econômico, pelo menos de forma momentânea. Ocorrerá quando essa política for um tipo de surpresa. Ocorrer sem o conhecimento dos agentes. Vamos supor que a expansão monetária não fosse divulgada. Os empresários entenderiam que o aumento dos preços não foi decorrente de uma ação do Governo, mas sim do aumento da demanda. Eles, então, investiriam para aumentar a produção, contrariam mais gente, fariam a economia circular. Depois, quando compreendido que a real origem do crescimento foi monetária, a economia será desacelerada e a taxa de desemprego retorna ao nível original.

Essa dinâmica macromonetária foi descrita por Robert Lucas em uma função que ficou conhecida como “Curva de Philips Vertical Versão Lucas”. A escola novo-clássica sugere que o Governo não se utilize da estratégia de ações surpresas, o que geraria um clima de desconfiança e incertezas entre os agentes econômicos.

Ainda na filosofia de não-intervenção estatal, os novos clássicos defendiam a tese de independência dos Bancos Centrais e o uso por parte dessas instituições de metas de inflação como único objetivo da política monetária.

Um Banco Central independente, segundo esses autores, estará livre para buscar a estabilidade de preços na economia, mesmo que essa busca significa sacrificar objetivos da autoridade política. Os novos clássicos argumentavam que a moeda valorizada ou desvalorizada não é capaz de alterar as variáveis reais da economia de forma definitiva. Uma ação do Banco Central, por exemplo, seria inócua para diminuir a taxa natural de desemprego, melhorar a infra-estrutura de uma país ou resolver déficits educacionais. Dessa forma, ele seria mais útil para a sociedade se puder exercer, se constrangimento, intervenções para o combate à inflação.

Por que o Banco Central deveria ser independente? A essência da minha resposta é desconcertantemente simples. A política monetária, por sua própria natureza, requer um horizonte de longo prazo. Uma razão é que os efeitos de uma política monetária sobre a produção e a inflação vêm com longas defasagens; por isso as pessoas responsáveis pela tomada de decisões não vêem os resultados de suas ações por um bom tempo. Mas a outra razão, bem mais importante, é que a desinflação tem a característica de custo-benefício de uma atividade de investimento: custa algo no início e apenas gradualmente, com o tempo, dá retornos. (BLINDER, 1999, p. 73)

**Bibliografia:**

BLINDER, Alan S. **Bancos Centrais**: teoria e prática. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 1999. 106 p.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de et al. **Economia moentária e financeira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, 464 p.